

# POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DE DUAS INSTITUIÇÕES NO PERÍODO PÓS 2000

Virgínia Antunes Nobre Mesquita, UFMG/Unimontes<sup>1</sup>

Vanessa Marzano Araujo, UFMG<sup>2</sup>

## Área 4: Políticas Públicas e Planejamento Regional e Urbano

### Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o papel de duas instituições na condução do desenvolvimento regional pós anos 2000. A metodologia utilizada de abordagem qualitativa, se orientou por roteiros semiestruturados e fez uso da gravação de áudio. A definição das entidades pesquisadas contempla uma entidade pela ótica da iniciativa privada na perspectiva regional (FIEMG) e a outra na ótica do setor público com ação regional (IDENE). Conclui-se que as diretrizes traçadas por ambas são, em grande maioria “de cima para baixo”, caracterizando o modelo de implementação “*top down*”. Por conseguinte, espera-se uma mudança das políticas das instituições para o modelo “*bottom up*” (de baixo para cima), com descentralização das ações, legitimação das práticas experimentadas e de acordo com as expectativas regionais.

**Palavras- Chaves:** Norte de Minas, Políticas Públicas; Desenvolvimento Regional

### Introdução

As preocupações desenvolvimentistas identificadas por vários pensadores da economia nacional e internacional, englobam permanentes questões para se pensar o desenvolvimento regional, principalmente ao se relacionar com a superação do “*modelo centro-periferia*”. Ao olhar o conjunto total regional mineiro, identifica-se ainda regiões deprimidas, com baixa dinâmica econômica, pobreza e desigualdades de renda e sociais. O quadro da mesorregião Norte de Minas é parecido com o que se descreve: ela tem um vasto território com disparidades econômicas estabelecidas ao longo do tempo.

Em referência a essa questão, é importante verificar como as estratégias que pretendem impulsionar o desenvolvimento de uma região são traçadas e implantadas pelos diversos setores. Algumas regiões são alvos de políticas públicas que pretendem atuar em sua estrutura com a finalidade de desenvolver um ou mais setores da economia

A mesorregião Norte de Minas Gerais possui características singulares no âmbito mineiro, ela foi marcada pela intervenção estatal vinculada a proposta desenvolvimentista a

---

<sup>1</sup> Economista, Mestra em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em associação com a Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

<sup>2</sup> Economista, Doutora em Economia, Professora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

partir da década de 1960. Por essa perspectiva uma compreensão do que tem sido feito após o período intervencionista na região instiga a construção deste trabalho, e a pergunta que norteia este estudo é: quais são as atividades executadas pelas principais agências de desenvolvimento regional pós anos 2000?

A entrevista com representantes das entidades selecionadas ocorreu por meio do questionário semiestruturado, adotado como instrumento metodológico, o que permitiu o acesso a informações sobre as atividades e políticas públicas desenvolvidas na região no período pós anos 2000. No curso da pesquisa empírica realizaram-se entrevistas individuais para a coleta de dados, através de anotação e gravação de áudio, com os representantes legalmente constituídos das agências que atuam no desenvolvimento regional. O intuito é identificar e analisar o que tem sido feito em termos de políticas públicas e ações desenvolvimentistas para promover o desenvolvimento econômico da região no período pós anos 2000.

Com base nessas considerações objetivou-se, neste trabalho apresentar as ações ocorridas pós anos 2000 das entidades escolhidas: FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e IDENE - Instituto de desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, estas são duas das instituições responsáveis na região Norte de Minas pela promoção do desenvolvimento regional, ou seja, uma entidade privada e outra entidade pública.

### **O Desenvolvimento Regional**

A definição de região não está diretamente relacionada ao seu tamanho, porém, supõe-se que seja um subespaço de uma nação. Etimologicamente, a palavra região tem origem no latim, *regere*, que significa governar. Sociologicamente, a região se relaciona aos traços culturais semelhantes de uma população. Geograficamente, apresenta-se como uma entidade natural e humana elementar. Já para a economia, há basicamente três classificações: região homogênea (apresenta características uniformes); região polarizada ou nodal (apresenta dependência ou interdependência entre duas ou mais regiões) e região de planejamento (unidade administrativa ligada a um centro que direciona suas políticas) (SOUZA, 2009).

Ainda no domínio da economia, as teorias de desenvolvimento regional que influenciaram a constituição de políticas públicas regionais desenvolvimentistas adotadas no Brasil, principalmente após a década de 1950, estavam fundamentadas principalmente em três teóricos: Perroux (1977) e Hirschman (1977), que abordaram a Teoria dos Polos de Crescimento, e Myrdal (1972), com sua Teoria da Causação Circular Cumulativa.

Os conceitos tradicionais desenvolvidos principalmente por Perroux e Hirschman estão geralmente associados ao planejamento centralizado, ou seja, são embasados em políticas do tipo “de cima para baixo” (abordagem *top-down*). Nesse sentido, Perroux (1977) explica que o crescimento não é simultâneo em toda parte, por isso a importância de se planejar. Hirschman (1977, p. 35) concorda com essa visão de crescimento desequilibrado e acrescenta: “uma vez ocorrido, forças poderosas provocam uma concentração espacial do crescimento econômico, em torno dos pontos onde o processo se inicia”. Nesse caso, o crescimento pode ocorrer de uma forma desequilibrada, embora tal desequilíbrio nem sempre seja o melhor resultado possível; mas é, sem dúvida, a forma mais óbvia.

A expectativa, de acordo com Hirschman (1977), é que ocorrendo desequilíbrios regionais, em que haja pontos ou pólos de crescimento, eles sejam capazes de gerar pressões, tensões e coerções e proporcionar o crescimento em outros pólos. Desde que tais pólos não pertençam à mesma área privilegiada de crescimento. Caso pertençam à mesma área de crescimento, que sejam de um país, região ou grupo de pessoas, corre-se o risco das forças de transmissão do crescimento se tornarem fracas. Sendo assim, é preciso apoiar pontos de crescimento em áreas diversas, de intensidade variável, que, num momento posterior, possam apresentar efeitos finais variáveis sobre toda a economia.

Na possibilidade das desigualdades persistirem, por um longo período de tempo e puderem ser identificadas através de linhas geográficas claramente delimitadas, surgem as divisões, como a de países desenvolvidos e subdesenvolvidos (ou em vias de desenvolvimento). No caso de pertencerem ao mesmo país, principalmente no caso dos países em desenvolvimento, ocorre o fenômeno de “dualismo”, em que convivem regiões desenvolvidas e regiões deprimidas lado a lado. Portanto, o crescimento econômico é desequilibrado. Na tentativa de redução dos impactos negativos dessa forma de crescimento econômico, Hirschman (1977) sugere que as economias localizadas nas regiões progressistas e deprimidas se tornem complementares. Dessa forma, pode ocorrer fluência do progresso da região progressista para a região deprimida.

Um fator importante que pode influenciar o desenvolvimento das regiões dentro de um país é a maneira pela qual o investimento público foi (ou será) distribuído. Desse modo, por meio da gestão dos investimentos públicos, o governo pode contribuir para que regiões sejam (ou se tornem) prósperas. Hirschman (1977) destaca que podem ocorrer três padrões principais para a alocação desse investimento: dispersão, concentração, em áreas de crescimento, e tentativas de promoção do desenvolvimento de áreas atrasadas.

A primeira forma, chamada de dispersão, aponta que os investimentos públicos são distribuídos em projetos de menor escala ao longo de todo território nacional, no sentido de criar dispersões de estruturas para o desenvolvimento. Este padrão é frequentemente utilizado em países que ainda não alcançaram o desenvolvimento econômico. Com isso, espera-se atingir todos os membros e setores da sociedade. Para o governo, é interessante dispersar os projetos de investimento público na medida em que necessita do apoio da maioria dos setores econômicos em todas as regiões.

No segundo padrão de investimento público ocorre a concentração em áreas de crescimento, geralmente, em etapas iniciais do processo de desenvolvimento. No entanto, sua duração não pode se prolongar demasiadamente, uma vez que surgirão pressões por igualdade, fato que pode até mesmo chegar a abalar a coesão do país e promover clamores separatistas.

O último padrão refere-se à tentativa de impulsionar o desenvolvimento em áreas deprimidas ou estagnadas. Nesse caso, pode ocorrer ampliação do montante de fundos. Para tanto, o governo pode lançar mão de instrumentos fiscais, como, por exemplo, a introdução de novos e altos impostos ou outro mecanismo permanente de aumento da receita. Com estas medidas pretende-se contrabalançar o processo de desenvolvimento em curso. A expectativa é que a divisão entre regiões desenvolvidas e deprimidas se reduza ao longo do tempo.

De acordo com a Teoria dos Pólos, desenvolvida por Perroux (1977), espera-se que as desigualdades regionais diminuam com o avanço do desenvolvimento. Toma-se como exemplo, o caso de uma região que conseguiu crescer economicamente, como consequência da ação de uma indústria motriz, líder do polo industrial, ou impulsionada pelo conjunto formado por várias unidades econômicas motrizes desse polo, fazendo com que o crescimento se expandisse, beneficiando as regiões que a cercam.

Perroux (1977) demonstra as características de uma indústria motriz: taxa de crescimento superior à média das demais indústrias; indústria-chave, com várias ligações de insumo-produto; atividade inovadora, com grande dimensão e estrutura oligopolista; possuindo grande poder de mercado. Seus produtos, geralmente, são comercializados no mercado interno, porém, nada impede que também atue como uma indústria exportadora. A indústria motriz também estimula que outras empresas se instalem em seu entorno, traz diversificação das atividades por meio da criação de uma “atmosfera favorável” aos negócios, com isso, há crescimento das taxas de emprego e renda.

Entretanto, nem todas as economias conseguem crescer da mesma forma. Foi o que ocorreu no Brasil, que apresenta as Regiões Sul e Sudeste com melhores indicadores de renda e as demais regiões relativamente atrasadas, portanto, ainda existem sérias desigualdades regionais. Tal fenômeno também se repete dentro dos estados brasileiros, como Minas Gerais que dentro de suas fronteiras geográficas, apresenta as regiões Centro-Sul mais desenvolvidas

e a região Norte com menor grau de desenvolvimento. Os problemas das desigualdades regionais no mundo ganharam destaque após a publicação do trabalho de Gunnar Myrdal, em 1957, com a teoria da causação circular cumulativa. A teoria mostra uma “constelação circular de forças, que tendem a agir e a reagir interdependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza”. Sendo assim, quando tal processo não é controlado acabará promovendo desigualdades crescentes (MYRDAL, 1972).

Contudo, é possível afirmar que o processo de desenvolvimento é heterogêneo e torna-se necessário refletir sobre as características desse processo na busca de alternativas que possam alavancar o desenvolvimento econômico de regiões deprimidas, como, por exemplo, a região Norte do Estado de Minas Gerais.

### **O Norte de Minas Gerais**

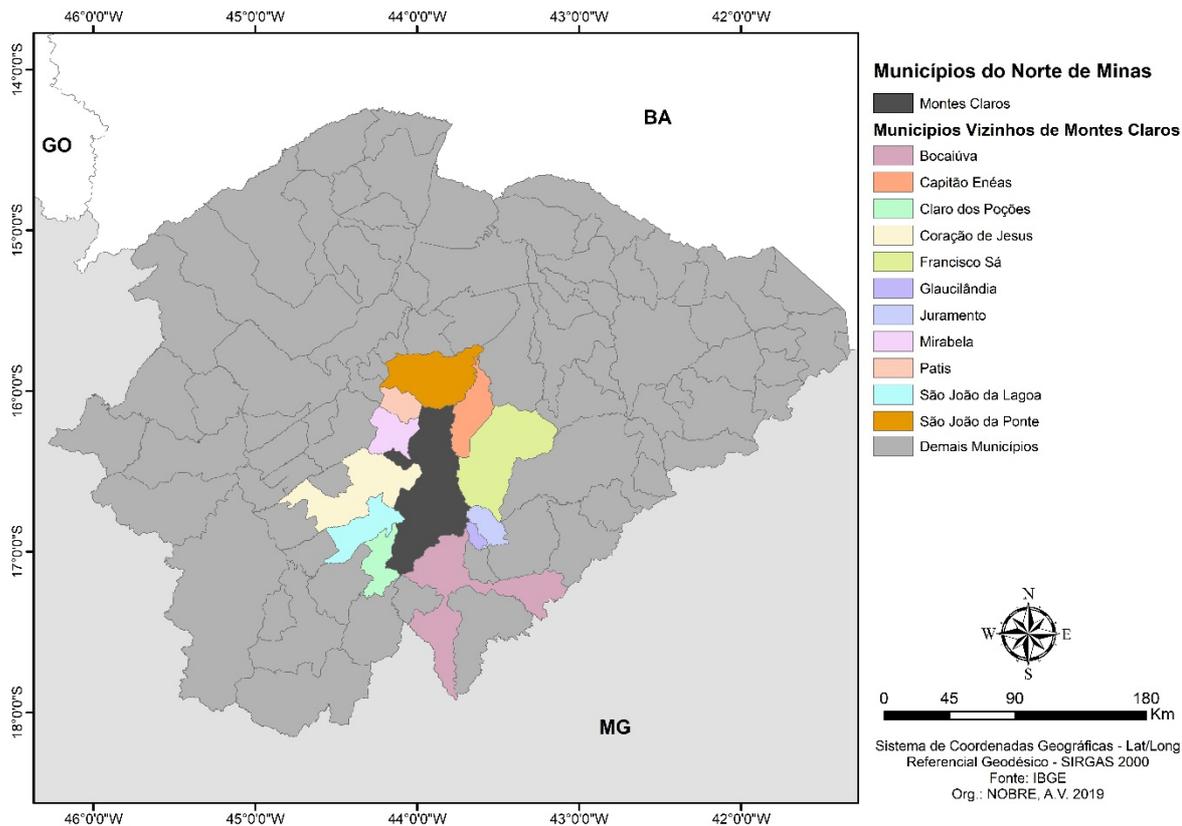
O processo de desenvolvimento das regiões em Minas Gerais não foi homogêneo, fato este que reflete particularidades de cada território mineiro. Pereira (2007) ressalta que na mesorregião é possível verificar uma unidade política, entretanto, há heterogeneidade econômica e cultura.

Essa dispersão territorial promoveu disparidades no processo de desenvolvimento econômico em todo Estado, como Diniz (1981) salienta, estas muitas diferenças no território criaram um mercado espalhado o que, por consequência, produz atividades econômicas dispersas, que se tornam um problema de gestão e eficiência devido a esta espacialidade econômica.

Em se tratando especificamente do Norte de Minas, ela se constitui em uma mesorregião que ocupa uma área territorial de 128.602 km<sup>2</sup>, abrange 89 municípios, Pereira (2007, p.94) descreve a região como:

um espaço singular no contexto estadual, seja pelas características fisiográficas que apresenta, seja pelas condições socioeconômicas ou, ainda, pela constante intervenção estatal que nele tem ocorrido. Tal região é ora descrita como cheia de potencialidades, ora como “bolsão de pobreza. O que há de real nesses discursos?

Existem vários fatores naturais, culturais, econômicos e políticos que são considerados para conhecimento de uma região. O Norte de Minas se inclui nas “Minas dos Gerais”, em uma região de configuração dual em muitos aspectos, como exemplo “tanto de pobreza quanto de riqueza, modernidade e tradicionalismo, produção e escassez, discursos e realidade” (GERVAISE, 1975, p.19).



**Mapa 01:** Mesorregião do Norte de Minas com destaque para os municípios vizinhos a Montes Claros. Elaboração própria, 2019. Fonte: IBGE, 2010.

O acontecimento que consensualmente foi um divisor de águas na região se deu na segunda metade do século XX, década de 1960, quando o Estado e a União projetaram a região norte-mineira dentro da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene<sup>3</sup>, em que os incentivos fiscais e financeiros foram destinados à modernização do campo e à industrialização, inicia-se a era Sudene.

Segundo Cardoso (1996) o Norte de Minas apresentou três fases bem diferentes em sua configuração espacial econômica-produtiva. A primeira fase se deu por meio do povoamento, ocupação da região até a criação da Sudene, as atividades características deste período são descritas como pecuária extensiva por meio da expansão dos currais de boi, produção agrícola de subsistência, produção agropastoril para abastecimento das áreas mineradoras entre outras.

Já a segunda fase ocorre no período da década de 1960 com a preparação da região para o recebimento dos novos capitais trazidos pela Sudene com o objetivo de reinserir a região no eixo produtivo nacional. O destaque das atividades fica pelo fomento do Estado que fortaleceu as potencialidades locais e regionais do Norte de Minas.

A terceira fase compreende as décadas de 1970 e 1980 onde tem-se uma nova configuração econômica na região em resposta aos programas e políticas implementadas. Vale destacar que é neste momento que acontece e se percebe mudanças significativas na realidade econômica. Observa-se o desenvolvimento de todos os setores (primário, secundário e terciário) na representatividade econômica, com a chegada de indústrias diversas, carvoarias e reflorestamentos intensos, projetos agroindustriais e de fruticulturas, aumento do grau de urbanização.

<sup>3</sup>Em 1959, o Norte de Minas foi incluído na área da Sudene por meio da Lei n. 4.239.

Para os anos 2000, na revisão da literatura e pesquisas bibliográficas foram encontrados poucos estudos sobre esse período, a maioria aborda o primeiro período da Sudene (1959 -2003) antes da sua reedição e reativação. Dessa forma, este trabalho visa contribuir para estudos regionais com análise de informações para o período mais recente na perspectiva das ações que visavam a promoção do desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais.

## **O Norte de Minas pela visão da FIEMG – REGIONAL NORTE**

A FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais é um sistema que trabalha para contribuir efetivamente com a indústria mineira, buscando resultados que sustentem sua competitividade (FIEMG, 2019).

A entidade privada é mantida por sindicatos do segmento industrial e trabalha com a intenção de fortalecer a indústria mineira, incentivando sua competitividade, inovação e ações de sustentabilidade para geração de novos negócios, riquezas e desenvolvimentos.

Os sistemas de federações industriais, existem em todo país e em Minas Gerais a missão da FIEMG é: “promover a Indústria Mineira em sintonia com os interesses da sociedade, estimulando os valores da livre iniciativa e o empreendedorismo” (FIEMG, 2019).

No município de Montes Claros, encontra-se a sede da FIEMG – Regional Norte que é parte da análise desta sessão, por isso realizou-se entrevista com seu representante para obter dados referentes ao seu papel no desenvolvimento econômico regional do Norte de Minas.

De início, o entrevistado faz uma introdução sobre a temática abordada na entrevista citando questões históricas e do desenvolvimento, na perspectiva das suas vivências na região Norte de Minas. Assim, ao seu ver o desenvolvimento econômico de uma região acontece por duas condições: “primeiro pelas riquezas pré-existentes e depois pela “habilidade” ou necessidade de seu povo, quer dizer uma região não se desenvolve se não tiver esses dois vieses. ”. E continua: “somos os geraizeiros, os Gerais das minas onde o Norte de Minas esse Vale do São Francisco produzia para alimentar a Coroa que explorava os metais preciosos” (...)

Percebe-se que os moldes econômicos se iniciam com a produção de alimentos/pecuária, a forte tendência agrária na localidade é histórica, isso também é descrito na revisão bibliográfica regional pelos autores Viana (1957), Oliveira (1996), Cardoso (2000), Pereira (2007), França (2012), entre outros.

O entrevistado relata sobre a história do desenvolvimento industrial em Minas Gerais, que começou na Zona da Mata, perto de Juiz de Fora. Posteriormente, Minas Gerais percebe a necessidade de ampliar a sua base industrial e descentralizar a Zona da Mata. Com advento da Sudene, o Norte de Minas experimentou uma “Revolução Industrial”, isso porque na época “muitas empresas vieram aproveitando os incentivos fiscais e foram embora, mas a maioria dessas indústrias ainda estão na região”.

O destaque relatado para região, se dá por que a maior fábrica de leite condensado do mundo está em Montes Claros, que todo “leite moça”, todo leite condensado da Nestlé vendido no Brasil é fabricado em Montes Claros. E assim descreve, sobre essa diversificação da indústria no Norte de Minas, mas principalmente Montes Claros que é um “polo industrial considerável” e, que atuando na FIEMG pode participar da atração de várias dessas indústrias. “Vieram outras empresas de vários segmentos por causa da Sudene, então é inegável que o desenvolvimento industrial, se dá a partir da Sudene. ”

“[Sem dúvida a Sudene foi um divisor de águas para a região] para desenvolvimento econômico e aí com desdobramento social.” Então, ele continua seu relato a “Há uma região antes da Sudene e depois da Sudene são fases distintas”, bem como o “desenvolvimento

acadêmico, cultural e também com base para a sustentação da economia antes da Unimontes e depois da Unimontes.”

Destaca-se no processo do desenvolvimento na região: a vinda da UFMG, em 2020 eram em torno de 30 instituições de ensino superior em Montes Claros entre faculdades, centro universitário e Universidades, fato que vem fortalecendo o município, tornando-o o principal do Norte de Minas. Sendo assim, é possível afirmar que Montes Claros se configura como um polo universitário e mais do que isso também se tornou um polo industrial.

Em sua fala, pontua-se características do pátio industrial de Montes Claros (...) Nós temos a melhor planta da Novo Nordisk no mundo.” Sendo assim “devemos ter orgulho das nossas empresas instaladas na região: Coteminas... etc. E o foco agora da FIEMG é para consolidar aqui na região um polo farmacêutico”.

Os esforços para que se aconteça essa consolidação do polo industrial farmacêutico, já têm sido identificados, como por exemplo a confirmação da instalação da “Eurofarma a maior indústria farmacêutica do Brasil”, que está chegando em Montes Claros. Outra empresa que já se instalou no município é a Hipolabor. Vale destacar a Novo Nordisk, que já está na região há algum tempo, influenciando o projeto de consolidação de um pátio industrial farmacêutico. Outra informação, que foi disponibilizada é sobre a MSD Saúde Animal que comprou a Vallée, outra negociação ativa é sobre a Sanval que é uma empresa de São Paulo também do ramo farmacêutico e possivelmente uma empresa argentina que produz medicamentos oncológicos, a Aspen Pharma.

A FIEMG atua de forma direta na atração de investimentos junto com outras entidades, junto com os municípios para o recebimento desses investimentos industriais, cita o entrevistado que “(...) a porta de entrada de qualquer empresa no Brasil é o governo federal, no Estado é o governo estadual e no município é a prefeitura”.

As parcerias da FIEMG com o Governo de Minas ocorrem de várias formas, mas principalmente pela contribuição em relação ao fortalecimento das indústrias em todo o estado. Para isso, a FIEMG – MATRIZ situada em Belo Horizonte, faz um plano de desenvolvimento industrial para o estado de Minas Gerais, este possui 10 regionais. A regional entrevistada, representa os interesses do Norte de Minas e possui um papel importante no desenvolvimento da indústria na região.

Um dos pontos atuais citados pelo entrevistado é realização dos trabalhos para a criação do novo distrito industrial ou distrito industrial 2, o planejamento dessa expansão foi feito com a CODEMIG -Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, que faz parte do governo e assessorou na elaboração deste plano.

A FIEMG possui uma área internacional e uma área de captação e desenvolvimento industrial, relatou-se que “acendeu uma luzinha de investimento no Brasil, investimento industrial porque não minas? E sendo em Minas, o meu papel porque não em Montes Claros ou em qualquer cidade do Norte de Minas!”

As ações desenvolvidas pela FIEMG possuem uma interface federal, estadual e municipal. As parcerias da FIEMG com o Governo de Minas para o Norte de Minas se dão por meio da articulação de recursos e na tentativa de atração de indústria para a região. O entrevistado cita que o pátio industrial de Montes Claros é um dos melhores do Brasil. Os exemplos citados por ele, que atua na defesa e garantia de que as indústrias venham para a região faz parte da articulação de uma força tarefa entre política e entidades representativas seja por sindicatos, associações, entre outras.

Sobre a Sudene e sua inserção na região, tem-se os seguintes apontamentos de que não existe um “pós-Sudene”: “Eu não posso falar Pós Sudene, por que a Sudene, aí está! A Sudene é fundamental, se colocar na planilha com Sudene ou Sem Sudene, a Alpagartas não viria, a Novo Nordisk não viria, a Eurofarma não viria e as grandes indústrias não estariam aqui”. E segue seu relato “muitas indústrias não se instalariam na região. Então, a Sudene resiste e é uma realidade positiva para o Norte de Minas!”

Ao conversar sobre a extinção da Sudene, o entrevistado apresenta a seguinte constatação: “Ela não foi extinta, ela foi extinta no governo FHC mais os incentivos fiscais e benefícios continuaram a existir.” Continua a sua explanação: “depois, no governo Lula foi reeditado, infelizmente ela não foi reeditada com o fundo próprio de investimento, mas ela está com seus incentivos que é o rebate do imposto de renda. Já é um grande atrativo!” Na sequência diz: “então, quando se coloca na planilha... uma coisa é a Sudene, uma coisa é o que vc está chamando de pós Sudene, ao meu ver então não é pós Sudene, não existe um Pós Sudene! **A Sudene está aí e ainda bem que ainda que está aí... [Grifo nosso].**”

Sobre os anos 2000, apontou-se pelo informante o enfraquecimento da indústria em todo Brasil e, claramente com consequências para a região norte mineira. Relacionando este período com o panorama da desindustrialização (precoce) que ocorre em todo o Brasil e afeta o Norte de Minas. Isto, provoca um despertar dos governos para a retomada do motor industrial na economia e assim estes se voltaram para recuperar, fortalecer as bases industriais, nos aspectos para uma "reindustrialização".

Pontua, que a reforma tributária deve acontecer para que haja entrada de investimentos, para que ocorra uma previsibilidade e maior segurança para investimentos futuros em todo o país. A desindustrialização aconteceu, e está acontecendo no Brasil, mas mesmo assim existe a intenção de investidores, apesar deste quadro “desindustrial”. As grandes empresas e possíveis investidoras reconhecem o Brasil com um potencial mercado interno, além do país ser bem relacionado internacionalmente, pacífico e com tratados internacionais que influenciam na decisão de investidores.

A FIEMG tem atuando para contornar o processo precoce de desindustrialização no Brasil, isso em Minas. Há algum tempo, por relato do entrevistado, as instituições empresariais, classe empresarial, os sindicatos sejam elas federações, associações comerciais, entre outras vem debatendo a participação dos empresários na política, pois este segmento identifica dificuldades nas articulações existentes.

Para tanto, a visão atual se molda em sua fala por “não há desenvolvimento econômico sem política”, e a partir dessa percepção os empresários e as instituições começaram a participar das discussões da política para o desenvolvimento e não só de uma região, mas ocorre uma preocupação com a totalidade industrial do país. Sendo assim, mostrou-se favorável à criação de uma “ambiência” para que os investimentos possam vir no sentido do fortalecimento da interlocução entre o público- privado, “sem se misturar”.

Na percepção da FIEMG, diante das observações do entrevistado, é que esta politizou a discussão do desenvolvimento econômico, pois a política por si só não se sustenta. Este, expõe que “o que gera emprego é a indústria, e o que gera riqueza é a indústria e a agricultura, dois setores primários”. Cita também que a universidade tem uma produção importante, “inteligência” que é um dever e uma necessidade aproximar esse conhecimento da classe produtiva, “esse é o novo viés da FIEMG aproximar a indústria das universidades para utilizar o conhecimento produzido nela”.

Sobre a Sudene, reflete que sem o modelo por ela implantando a região estaria em dificuldades “que não tem o que se pensar sobre e se a Sudene não tivesse vindo? E ela veio e que bom que veio!”. A Valleé que nasceu com o advento da Sudene, foi comprada por uma gigante a MSD Saúde Animal e com isso “vários engenheiros químicos, profissionais que se especializaram fora voltaram e os que formam aqui tem possibilidades de emprego com o fortalecimento do parque industrial”.

Por um tempo, perdeu-se muita mão de obra qualificada formada na própria região, diante do enfraquecimento na indústria, com as propostas de fortalecimento do polo farmacoquímico e de outros segmentos industriais, muitos profissionais estão regressando.

“A gente sobrevivi sim, se não tivesse ocorrido isso (a política da Sudene) se correria atrás de outra coisa. Nós somos inventivos, nós nos viramos e o que não se pode fazer é ser resistente a uma coisa boa.” Então, “não se pode desconsiderar o que foi feito, e não deixar de

dar importância a ações que ocorreram na região e obtiveram resultados importantes” a Sudene se confirma como um divisor industrial na região.

O pátio industrial de Montes Claros é diversificado por causa da Sudene, os incentivos trazidos foram de certa forma responsáveis pelas diferenciações industriais na região.

“A Eurofarma ia para o Nordeste, foi lá conversar sobre os incentivos e eles queriam segurar lá, aí que a FIEMG – Regional entra para trazer pra cá, para articular a vinda dela pra cá.” Acredita que a região do Norte de Minas, “possui diferenciais competitivos: **nós somos Sudeste com todos os incentivos do Nordeste [Grifo nosso]**, além das vantagens a região possui o segundo maior entroncamento rodoviário do país facilitando a logística das empresas”.

Montes Claros, é vista pelo entrevistado como "um oásis no deserto", os dados econômicos e as conjunturas dos índices de desenvolvimento humano são melhores neste município, ela se insere como polo regional. Pereira, 2007 ressalta que apesar de possuir um parque industrial bem estruturado, não irradia desenvolvimento para a região. Logo, na região Norte de Minas obtém maior destaque por possuir uma estrutura favorável a instalação de novas indústrias e manutenção das que ali já existem.

Uma indústria quando ela quer se instalar no Brasil ela quer ir para o Sul de Minas ou para São Paulo, então quando se convence a indústria de vir para o Norte de Minas ela quer vir para Montes Claros, no entanto a FIEMG – Regional Norte trabalha para consolidar outros polos industriais na região.

“Iniciou-se como polo de confecções em Espinosa, lá tem uma empresa com 1500 funcionários, entre mão de obra direta da própria empresa e de terceirizados, fora os empregos indiretos, uma indústria de confecções de camisa, a empresa chama AMIL CONFECÇÕES.” Então, a FIEMG – Regional Norte “participa do fortalecimento deste polo de confecções, a função é fortalecer as potencialidades produtivas dentro do Norte de Minas, inclusive assessora a construção do distrito industrial que lá existe.” Outro polo industrial em desenvolvimento é em Taiobeiras, “focado na produção de moda íntima, que é até exportado.” Atualmente tem atuado no “projeto de instalação de um distrito industrial em Porteirinha, que se encontra na fase do licenciamento ambiental; e desenvolve o apoio para a qualificação das frutas da Jaíba para que sejam exportadas com a marca própria: Jaíba”.

A FIEMG tem dado suporte no melhoramento dos possíveis polos industriais espalhados pela extensa região do Norte de Minas, estes citados acima são os mais relevantes atualmente na visão do entrevistado. A assessoria é feita para desenvolvimentos desses e de outros polos industriais na região. Observa-se que sua atuação, não é prioritária a Montes Claros, existe sim uma preocupação em expandir os benefícios de uma boa base industrial para toda a região, apesar das dificuldades de infraestrutura encontradas, o esforço é identificado para que se ocorra novos polos industriais gerando emprego, renda e desenvolvimento econômico para outras cidades do território norte mineiro.

“Então, a FIEMG não trabalha só Montes Claros, eu já levei vários industriais e executivos em algumas cidades para possíveis instalações de indústrias, e isso irá acontecer pois é uma preocupação da própria FIEMG Regional.”

Sobre as cidades que desenvolve atividades industriais, identifica-se em Porteirinha a extração do ouro (Riacho dos Machados); Pirapora, que já teve cervejaria e hoje atua no extrativismo e outras minerações, como o grafite já são encontradas na região. Capitão Éneas tem o destaque para a Marluvas, empresa de equipamentos de segurança como botas, luvas, calçados profissionais, que se destaca como líder nacional neste segmento. Entretanto, ainda são poucos municípios dos 89 que fazem parte da Mesoregião Norte de Minas que possuem estrutura industrial, há muito o que se avançar e principalmente, perceber se os demais municípios possuem vocação industrial.

Existe o debate de levar empresas para outros municípios, mas a decisão é também do empresário, do empreendedor. O que se faz é uma tentativa de realocar em outras cidades, mas nem sempre é possível diante das questões de infraestrutura, por exemplo.

O entrevistado relata que há 15, 20 anos a FIEMG realizou um estudo que identificou os dois clusters de desenvolvimento para a região *a fruticultura e o fármaco*, e o mesmo estava certo porque é o que acontece hoje na região. Esses setores têm tido destaque na economia regional.

Sobre as potencialidades do Norte de Minas, o entrevistado acredita que o que vai trazer desenvolvimento para a região é simples: “Indústria, indústria! E agora a bola da vez é o sol, existe um movimento para se estruturar em grande escala a produção solar na região, as energias renováveis chegam para talvez mudarem a estrutura do Norte de Minas, e o sol aqui é forte e para todos.” Conforme fala do entrevistado, o que era de certa forma um "problema" possui um grande potencial de desenvolvimento de sistemas que possam captar a energia solar, transformando-a em energia elétrica, e que este já está acontecendo na região e possui perspectivas de grandes investimentos, é "um caminho sem volta" em suas palavras.

O esforço atual é conseguir que a Sudene e o Banco do Nordeste, criassem uma linha específica para atender essa nova potencialidade na região. Montes Claros, Janaúba, Januária, Pirapora todo o Norte de Minas, já iniciaram as instalações para a produção de energias renováveis um tema importante e que abre muitas oportunidades.

Questionado sobre a região ser isolada, relata que quando era mais novo o seu pai lhe fala para ir embora pois a região não apresentava muitas possibilidades, “porque o Norte de Minas era difícil demais, ele me disse você tem potencial para ir embora, mas Eu fiquei. E, eu não sei porque eu fiquei! Eu já viajei e viajo o mundo buscando possibilidades pra cá. A região mais pobre de São Paulo, próximo a uma cidade chamada Dracena, eu estive lá tem uns dois anos quando você chega, você vê estradas duplicadas, você vê um desenvolvimento acontecendo... então realmente, nós somos diferentes existem especificidades diferentes (...). Eu não vou dizer, pobres... mas nós somos diferentes, a região possui acessos difíceis, interlocuções difíceis, mas é sabido que a região possui condições de estar na ponta, mudando essa conjuntura de dificuldades estruturais. E para isso, é importante a participação da sociedade, dos empresários, das instituições, dos acadêmicos, de todos na política, **não há desenvolvimento econômico sem política.**” [Grifo nosso]

Verifica-se que a Sudene foi fundamental para a região, para o desenvolvimento industrial e comercial; suas ações influenciaram para que a cidade de Montes Claros se tornasse um polo de educação e um polo de saúde. A Sudene é ainda o diferencial para esta região, e deve-se “trabalhar para fortalecer o seu papel por aqui, mas com o intuito de que um dia essa região possa não mais precisar estar na Área Mineira da Sudene, porque ela não precisará mais” este é o grande desafio, colocado pelo entrevistado.

“A (...) FIEMG trabalha em todos os aspectos só que ela inovou a partir da percepção de que deveria se politizar as discussões de desenvolvimento industrial e econômico. Então, hoje a FIEMG discute esses pontos para tentar fortalecer os processos de atração de investimentos e da base industrial na região e na captação de recursos.”

A FIEMG expandiu suas possibilidades, era uma entidade privada e que não tinha nenhuma parceria com o governo, ela sobrevive das contribuições dos industriais e apresentava um foco muito para a indústria. Atualmente, a partir da percepção de que não é possível se desenvolver sozinho, preocupa-se em agir com todos os atores da sociedade, da indústria, do comércio e da prestação de serviços para buscar um desenvolvimento para todos, criando um ambiente favorável para os investimentos através de políticas públicas de desenvolvimento, qualificação de mão de obra e bem-estar para o trabalhador.

Na próxima sessão, apresentar-se-á a entrevista com o órgão de âmbito estadual que atua na execução de políticas públicas vinculado a SEDINOR (Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais de MG), o mesmo tem o objetivo de assessorar o governo nas regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais implementando ações de desenvolvimento regional e realizando diagnósticos econômicos e sociais das regiões atendidas.

## O Norte de Minas pela visão do IDENE

O IDENE<sup>4</sup> – Instituto de desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais é uma entidade estadual que se destaca como uma importante ferramenta de fomento ao desenvolvimento socioeconômico do Norte de Minas. É vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE.

O IDENE tem como missão promover e coordenar programas e projetos que visem ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades dos vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas em relação ao restante do Estado. Tem como visão tornar as regiões do Norte de Minas em áreas de grande desenvolvimento sustentável com indicadores de qualidade de vida superiores à média nacional (SEDINOR, 2018).

A sua ação visa promover o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais, com atribuições de:

I – diagnosticar as condições de propulsão econômica de sua área de abrangência e identificar alternativas visando à redução das desigualdades regionais; II – promover e coordenar ações de fomento em setores estratégicos para a sustentabilidade econômica e social; III – elaborar, implantar e acompanhar programas e projetos que visem à ampliação e ao fortalecimento da infraestrutura regional, à inclusão social com geração de emprego, trabalho e incremento da renda e à expansão e diversificação da base econômica; IV – promover ações com vistas à implantação, ao fortalecimento e à melhoria de arranjos e cadeias produtivas estratégicas nas regiões de baixa propulsão econômica; V – planejar, coordenar, supervisionar, orientar e executar plano, programa, projeto ou atividade permanente ou emergencial de combate aos efeitos da seca, em consonância com as diretrizes governamentais, especialmente as emanadas do Conselho de Desenvolvimento do Semiárido Mineiro. O IDENE poderá desenvolver projetos especiais em regiões não incluídas na base territorial de sua atuação para cumprimento de objetivos e metas de redução de desigualdades sociais e enfrentamento da pobreza em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – e de reduzida propulsão econômica, observadas a intersetorialidade, a vinculação à política específica nos termos do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e do Plano Plurianual da Ação Governamental – PPAG (IDENE, 2018).

A representante do IDENE, relata que tomou posse recentemente e que esta instituição é uma autarquia estadual criada [pela Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016 (art. 68). Decreto nº 47.352, de 25 de janeiro de 2018] com um objetivo ousado e extremamente amplo, principalmente na perspectiva da execução de políticas públicas.

O IDENE inicialmente em sua criação era vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, depois esteve na extinta SEDINOR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais e atualmente está ligado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE<sup>5</sup>. No entendimento da entrevistada é como se o IDENE fizesse o papel de uma agência de desenvolvimento do governo para atender a região do Norte do Estado e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A sua área de abrangência atua no recorte de 258 municípios, onde se percebe pelos próprios indicadores socioeconômicos a existência de uma desigualdade muito grande, isso tanto na distribuição de renda como nas questões sociais e da qualidade de vida, principalmente em comparação com as outras regiões do Estado de Minas Gerais.

---

<sup>4</sup> Criado pela Lei nº14.171/2002. O Decreto nº 45.681/2011 contém o Regulamento do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE.

<sup>5</sup> O Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) passou a ser uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE). Isso ocorreu pela Lei 23304/2019, que estabeleceu a nova estrutura orgânica do Poder Executivo e foi publicada em 30 de maio de 2019 (PORTAL GOVERNO DE MINAS, 2019).

Com a ação da Sudene na região, muito se evoluiu nos quesitos industriais, mas isso só pode ser verificado na cidade de Montes Claros e em algumas cidades circunvizinhas que receberam a instalação de uma ou duas indústrias gerando desenvolvimento local.

O processo industrial na região Norte de Minas foi isolado sendo que o município de Montes Claros o que mais se beneficiou com a vinda das indústrias. Logo com as políticas de incentivos fiscais para região muda-se a configuração das perspectivas de desenvolvimento para a região principalmente na década de 1970 (auge dos incentivos da Sudene) e esse beneficiamento para esta cidade em maior totalidade, ocorre por ela possuir uma infraestrutura de serviços mais significativa em relação aos outros municípios da região.

Em consideração a região do Norte de Minas, a entrevistada observa que: “Na verdade se você pegasse Montes Claros isolado e pelo menos mais uns quatro municípios da região, os que tem pontos industriais por exemplo: Pirapora, Capitão Enéas, Bocaiúva, Várzea da Palma... são esses municípios que destoam um pouco dessa realidade”. E continua sua análise: “são empreendimentos industriais, então isso puxa e influencia no cálculo dos indicadores alterando a média desses números, mas isoladamente você percebe que são bem distintos da grande maioria e, são pontos diferenciados e uma pequena minoria.”

O IDENE, quando foi criado, possuía uma proposta de trabalhar nas questões de atendimento às necessidades essenciais, diante das demandas principais da região via políticas mais assistencialistas através do “Plano de Urgência para o Enfretamento da Seca” que atua na perfuração de poços tubulares, distribuição de tubo, caixa d’água, bomba e na distribuição de sementes. O objetivo dessa ação é garantir o abastecimento de água nos municípios em situação de emergência devido à seca e à estiagem e de fortalecer a agricultura familiar para a produção de alimentos.

As políticas públicas desenvolvidas pela autarquia estadual passam por apoiar a redução dos efeitos da seca, além de apoio a arranjo produtivos locais e fortalecimento destes no âmbito regional.

O “Programa Água para Todos” que possui parceria com governo federal, realiza obras de melhoria da infraestrutura hídrica visando a universalização do acesso à água para consumo humano e para a produção agrícola. As ações do programa são feitas por meio da construção de pequenas barragens, barraginhas, barreiros, cisternas de placas e de polietileno e da criação de sistemas coletivos de abastecimento de água.

O “Programa Leite Vida” visa promover o fortalecimento da cadeia produtiva do leite por meio da geração de renda, garantindo a compra do leite a preços mais justos. O programa apresenta três fases diferentes de implementação: aquisição do produto junto ao pequeno produtor leiteiro/agricultura familiar cadastrado, beneficiamento do leite junto aos laticínios da região e entrega por um agente público do IDENE para os beneficiários do programa. Este programa também contribui para o combate à fome e à desnutrição de pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou estado de insegurança alimentar e nutricional, por meio da distribuição gratuita do leite.

O “Artesanato em Movimento” atua no fortalecimento dos canais de comercialização dos produtos artesanais e nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a defesa da imagem e identidade do artesanato na região. As atividades se baseiam na realização de feiras e eventos fomentando a abertura de novos mercados, criando demandas e ampliando a categoria.

O “Programa Brasil Alfabetizado”, executado pelo IDENE na região, contribui para a superação do analfabetismo, tem por objetivo a universalização da alfabetização de jovens, adultos e idosos, bem como a progressiva continuidade dos estudos em níveis mais elevados, promovendo o acesso à educação como direito de todos.

O “Programa de Desenvolvimento do Norte e Nordeste” constrói suas intervenções no apoio à geração de renda, na perspectiva da promoção do trabalho e na redução da

vulnerabilidade da população pobre do Norte e Nordeste de Minas Gerais. As suas ações são voltadas para a dinamização da economia, fortalecimento da base social por meio das organizações da sociedade civil, onde tenta-se promover a coordenação e a cooperação entre os atores locais na busca de alternativas de trabalho evitando a migração laboral. As ações ocorrem por meio da identificação das cadeias produtivas, das potencialidades de geração de renda na região por meio de diagnóstico participativo. O programa fomenta a possibilidade de financiamento de atividades produtivas locais, visando apoiar as comunidades que necessitam de equipamentos e instalações para o desenvolvimento destas atividades produtivas. Sendo assim, tem finalidade de agregar valor nas cadeias produtivas já existentes, na promoção da integração territorial e na sustentabilidade socioeconômica.

O desafio atual é trabalhar em projetos estruturantes de forma conjunta com os de assistencialismo para criar mecanismos de transformação. Um dos pontos, colocado pela representante do IDENE é a preocupação em desenvolver ações que mudem a estrutura produtiva e que proporcione infraestrutura para o Norte de Minas para que este consiga “andar com suas próprias pernas”, sem a intervenção estatal prioritária mais de forma associativa.

Os recursos que mantêm as atividades da entidade/autarquia estadual são providos tanto do âmbito estadual e federal, assim atua como parte executora de políticas públicas que visam melhorias para o Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. A mesma relata que a situação norte mineira é muito superior e melhor que esta região, que o problema de infraestrutura é maior no Vale do Jequitinhonha.

Em linhas gerais o IDENE atua com muitos convênios, faz uma captação de recursos e atua como braço operacional da SEDINOR executando as políticas públicas direcionadas por esta secretaria, boa parte dessas políticas são por meio de convênios principalmente do governo federal. Ocorre também a execução de políticas estaduais, mas tem muitas ações que são via convênios com ministérios a nível federal, como Ministério da Cidadania, Ministério da Integração Nacional que desenvolvem diversos programas com temas relevantes para a região: água para todos e outros projetos nessa mesma lógica, pois essa região tem especialmente uma dificuldade com os recursos hídricos.

Para o período a partir dos anos 2000, a entrevistada percebe que o IDENE foi muito importante para essa região diante as políticas implementadas: (...) embora acredito que precisasse focar na questão de projetos mais estruturantes, a política executada pelo IDENE, tem contribuído sim para minimizar as desigualdades regionais.” E continua sua análise: “o que eu percebo é o que IDENE além dessas políticas públicas de atendimento as necessidades primárias dessa região, especialmente a questão da escassez de recursos hídricos, ele tem hoje uma frente, um outro vetor que é trabalhar projetos estruturantes.” Na sequência, apresenta uma proposta para o desenvolvimento da região: “então, eu já vejo aí um movimento do próprio IDENE para por exemplo: um projeto grande na parte da energia fotovoltaica para a região, incluindo o Vale do Jequitinhonha, trabalhando por meio de consórcios de municípios.”

O Norte de Minas pelo olhar da entrevistada, já possui uma certa autonomia nesse sentido da produção de energia fotovoltaica (energia solar) e, é nessa perspectiva que o IDENE deseja atuar no segmento de projetos estruturantes para as regiões do Norte de Minas e dos Vales. O que é relatado é que esse movimento em prol das energias já estava bem avançado no Norte de Minas, até porque outras entidades vêm trabalhando e apoiando ao longo dos anos esta possibilidade como a ADENOR – Agência de Desenvolvimento da Região Norte de Minas Gerais, que tem feito um trabalho muito amplo em relação as energias renováveis.

Já existe um volume expressivo de investimentos em andamento, tem ocorrido leilões de linhas de transmissão, várias ações e discussões sobre sua implementação por aqui, as potencialidades para região se abrem para a produção de energias renováveis e naturalmente vai ser necessário o apoio do governo. Destaca que nesse aspecto, o Norte de Minas tem obtido grandes avanços.

A entrevistada pontua que “hoje o governo tem uma proposta muito grande de integrar a região e de não sobrepor ações dentro do próprio governo com outros órgãos, a intenção é

otimizar os recursos.” Na sequência, apresenta um exemplo: “tem ações que o IDENE realizava e que outras autarquias também realizavam, e que agora provavelmente não irá executar mais e sim apoiar, a entidade terá foco nas ações que tem mais pertinência com sua própria atuação e com as preocupações recorrentes para a região.”

Na sessão seguinte, apresentar-se-á considerações sobre as entrevistas realizadas e o panorama que elas representam para a região norte mineira.

## **Considerações Finais**

O desenvolvimento é um processo que ocasiona mudanças em um determinado local, seja em um país, região ou cidade. As mudanças que ocorrem pela âncora do desenvolvimento promovem benefícios para a população inserida e provoca novas possibilidades sejam econômicas, culturais e sociais.

Identifica-se na região de estudo, características de uma economia subdesenvolvida com diversas intervenções estatais tanto estaduais e federais ao longo do século XX e atualmente no XXI estas ações desenvolvimentistas ainda são necessárias e fundamentais, mas com outras abordagens. A necessidade de um diagnóstico da região, que aborde as especificidades culturais, econômicas, sociais e geográficas permitiria a criação de políticas públicas direcionadas e assertivas, este deveria ser feito continuamente para que haja controle dos avanços e dificuldades na implementação e nos resultados.

Buscou-se com a realização das entrevistas, entender o funcionamento das entidades que fomentam e auxiliam na promoção do desenvolvimento regional como também as percepções sobre os avanços e entraves na história econômica da região.

Segundo Sabartier (1986) existem duas formas de implementação de políticas públicas: o modelo “top down” (de cima para baixo) que se baseia na tomada de decisão antecipada, onde se propõem ações de forma independente a sua execução. Este modelo parte de uma visão “funcionalista e tecnicista” de que as políticas públicas devem ser elaboradas pela esfera política e que sua implementação é esforço “administrativo de achar meios para fins estabelecidos” (SECCHI, 2012, p. 47)

O contraponto a este modelo é feito pelo formato “bottom up” (de baixo para cima) que é caracterizado por uma maior preocupação em articular a formulação da política pública com sua execução. Assim, as entidades de implementação têm uma participação ativa na construção da política pública e nas prospecções de possíveis soluções durante a execução da política pública (SECCHI, 2012). Ocorre a descentralização das ações, em que os agentes que implementam legitimam as práticas já experimentadas, havendo maior chance de resultados positivos para o local que se direciona a intervenção. Vale destacar que nesse modelo a avaliação ocorre durante todo o processo, do início ao fim, o que permite um maior nível de controle do que é feito e do que tem sido acertado na sua execução, sendo um exercício de acompanhamento constante.

As principais políticas públicas e ações citadas pelos entrevistados são no formato “top dow”.

As deficiências existem na dificuldade de que as políticas públicas cheguem de fato ao cotidiano das pessoas. E assim, elencam-se três perguntas para reflexões futuras: “Qual o poder do Estado? “Qual o poder do setor privado? “Qual o poder das forças sociais?” No sentido de que se crie ações que somem as forças destes três segmentos, com o objetivo de aumentar a eficiência das ações de desenvolvimento regional. Entende-se que criando articulações e diálogos entre essas forças, os avanços serão possíveis pois estes se tornariam parte do processo e não mais apenas receptores da execução de políticas públicas.

A identificação das vocações regionais e dos problemas existentes, é um ponto de partida mas a criação de proposições para solucioná-los também deve ser pauta das discussões regionais. Além de cobrar políticas públicas harmônicas com as necessidades regionais, as entidades devem fazer parte da elaboração das mesmas, apontando caminhos que possam trazer resultados mais equitativos.

As diretrizes traçadas pelo Estado, são em grande maioria “de cima para baixo” caracterizando o modelo de implementação “*top down*”, sem os diagnósticos das vocações regionais e das especificidades de cada local os resultados estruturantes, apesar de positivos, foram pontuais.

Dessa forma, se as políticas públicas fossem elaboradas com esta preocupação de constatar as demandas locais, seus resultados seriam mais positivos e permitiriam a região níveis de desenvolvimento regional mais descentralizados. Ou seja, mais municípios poderiam apresentar desenvolvimento e melhoria dos seus serviços gerando benefícios à sua população.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Revisitando a questão regional. Seminário “*A atualidade do pensamento de Celso Furtado*”, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Brasília, DF, 24 e 25 de novembro de 2005. Publicado em Cadernos do Desenvolvimento, ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, p.59-76.

BARBOSA, W. de A. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Vol.181. Belo Horizonte: Itatiaia Ilimitada, 1995. 210p.

CARDOSO, José Maria Alves. *A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*. Dissertação (Mestrado em Economia) - PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

DINIZ, Clélio. (2002) *Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos*. Rio de Janeiro, BNDES.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1999.

DULCI, Otávio Soares. (2002) *Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 18

GOMES, Fernanda Silva. *Discursos contemporâneos sobre Montes Claros:(re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais*. UFMG, 2007.

FIEMG. *Perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para o Norte de Minas*. 2017.

FRANÇA, Iara Soares de; SOARES, Beatriz Ribeiro. *O SERTÃO NORTE-MINEIRO E SUAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES*. UFU, 2006.

FRANÇA, Iara Soares de. et al. Expansão urbana e níveis de renda na cidade média de Montes Claros/MG. 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/72166820-Expansao-urbana-e-niveis-de-renda-na-cidade-media-de-montes-claros-mg-1.html>. Acesso em: 05 jun. 2019

\_\_\_\_\_. A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 283 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais: UFU, 2007.

\_\_\_\_\_. Aglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG: novas configurações socioespaciais. 2012. 399f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: UFU, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Disponível em <[www.imrs.fjp.gov.br](http://www.imrs.fjp.gov.br)>. Acesso em 06 jun 2019.

GALVÃO, Luciana Gomes Marques. Produção do espaço urbano na Serra do Mel por condomínios fechados em Montes Claros/MG, Dissertação de Mestrado, 147f, 2018.

GERVAISE, Yves. *A transformação agrária do nordeste meridional (Norte de Minas Gerais)*. Belo Horizonte: UFMG, Instituto de Geociências, 1975.

HIRSCHMAN, A. O. *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 322 p.

IDENE, 2019. Relatório e Informações do IDENE.

MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Lisboa: Editora Saga, 1965. 240 p.

SEDINOR-MG. Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais. Disponível em: <http://sedinor.mg.gov.br/2016-02-24-20-29-47/2017-08-03-16-56-40/desenvolvimento-do-norte-e-nordeste>. Acesso em: 10 jun. 2019.

OLIVEIRA, Marcos Fabio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da Sudene. In OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins; RODRIGUES, Luciene; CARDOSO, José Maria; BOTELHO, Tarcísio R. (Org). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Unimontes, 2000.

PAULA, Hermes de. De Padre Chaves a Padre Dudu. Belo Horizonte: Littera Maciel Ltda., 1982, p. 35-40.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves. *Planejamento e desenvolvimento: logística de transportes e exportações na mesorregião norte de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2010.

PEREIRA, A. M. *Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PERROUX, François. *A Economia do século XX*. Porto: Herder, 1977.

PORTAL DO GOVERNO DE MINAS, 2019. Disponível em: <http://www.sedinor.mg.gov.br/component/gmg/story/4124-idene-passa-a-ser-vinculado-a-sede> Acesso em 20 de agosto de 2019.

VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros: Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.